

1 Introdução

O interesse pela temática “violência e religião” advém de minha trajetória profissional como assistente social, principalmente nos últimos 20 anos, a partir da inserção na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro¹, concomitante a escalada da violência e a ampliação da diversidade religiosa.

Nesse percurso, trabalhando diretamente com as populações residentes em favelas, foi possível observar que a vida destes moradores mostra um mundo complexo de relações e conflitos e, ainda, a convivência diária com a violência. Esta ultrapassa as limitações de acesso aos bens de consumo e aos direitos civis e sociais de cidadania, para vincular-se aos condicionantes de viés autoritário, materializado pelo uso de armas utilizadas pelos grupos ligados ao tráfico de drogas que ocupam seus locais de moradia.

Paralelo a esta questão, percebeu-se também o crescimento gradativo das igrejas evangélicas, que vão paulatinamente conquistando seus fiéis nos estratos mais baixos da pirâmide social.

A complexidade dos processos sociais contemporâneos tem provocado esforços de análises que levem a seus desvendamentos. Estas análises vêm demonstrando o esfacelamento do tecido social por questões de naturezas diferenciadas, mas que de modo geral evidenciam a violência como um dos maiores impasses colocados à sociedade brasileira.

Observa-se sua presença no campo e na cidade, que indica o seu caráter plural. Desta forma, diferentes veios interpretativos indicam que não existe a violência no singular, conformando um acordo semântico, mas, ao contrário, verifica-se a existência de violências, que no plural, vinculam-se a múltiplas e complexas raízes e a diferenciadas perspectivas ético-culturais e teórico-metodológicas.

A força que a violência assume na problemática social, nos leva a perceber que os processos sociais atuais apresentam ruptura com o legado humanista e universalista do iluminismo, herdado do século das luzes, nos quais havia a

¹ Hoje denominada Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).

promessa de integração e incorporação dos diferentes segmentos sociais a uma vida de progresso e desenvolvimento.

Importa registrar que a “integração” prometida pela modernidade foi construída de forma diferenciada entre as nações. Neste processo, os países de economia avançada conquistaram a cidadania (mesmo que com patamares distintos entre eles), a partir da formatação do Estado intervencionista e da constituição do “*Welfare State*”.

Contrariamente, em nações de economia dependente, como no caso os países da América Latina, entre eles o Brasil, a cidadania nunca foi efetivamente conquistada. Observa-se, hoje, a presença de uma crise que abrange às dimensões econômica, política e social; bem como na esfera do simbólico.

No entanto, evidencia-se uma tendência explicativa da crise pela análise econômica, tendo em vista que a partir da metade da década de 70 do século passado, rompe-se o padrão de crescimento que caracterizou as “três décadas gloriosas” do capitalismo monopolista.

Assim, o prosseguimento da ruptura do padrão de acumulação da fase anterior provocou grandes transformações na economia e no mundo da produção, refletindo de forma contundente no mundo do trabalho, principalmente pelas transformações tecnológicas e organizacionais.

Neste contexto emerge a lógica societal fundada na idéia da globalização como único mecanismo possibilitador do reordenamento político-econômico da vida social.

Destacam-se os argumentos de Fiori (1997) contrários aos ditames ideológicos da globalização. O autor indica que historicamente o sistema capitalista e o sistema interestatal são coetâneos e que, os Estados sempre se relacionaram de forma hierarquizada (pautadas em hegemonias militar, política ou econômica).

Portanto, o processo de globalização vem afetando de forma diferenciada as soberanias estatais, trazendo como exemplos típicos desta diferenciação o que ocorre em distintos países da América Latina, que a partir da negociação das dívidas externas, vem produzindo sistematicamente a redução dos Estados à função exclusiva de “guardião” dos equilíbrios macro-econômicos, tornando-se

impotentes para oferecer proteção às suas populações, de prestar serviços públicos elementares, até mesmo para garantir a ordem e o respeito às leis.

A globalização acima referida encontra respaldo no ideário neoliberal, que engendra valores normativos e procedimentos políticos entre os quais podem ser destacados: privatização de empresas públicas, redução de gastos públicos com a proteção social, desregulamentação financeira, enfraquecimento dos sindicatos, entre outros.

Conforme Anderson (1995), o êxito político e ideológico do neoliberalismo não conseguiu produzir o crescimento econômico almejado tendo, no entanto, atingido seus objetivos sociais, ao provocar expressiva desigualdade entre as sociedades. Desta forma, reafirma o **Gap** cada vez maior entre os países ricos e pobres, decorrentes da internacionalização da economia.

É no interior das grandes alterações econômico-financeiras e, da lógica de produção global, que se observam impactos no nível macro-econômico, como também na esfera individual.

Segundo Behring (2000), observa-se do ponto de vista político uma crise da democracia, com visível esvaziamento das instituições democráticas, que passam a seguir uma lógica economicista, autoritária e tecnocrática. Já no âmbito da cultura, vê-se o aprofundamento do individualismo, do consumismo e do pensamento único.

No Brasil, mesmo em momentos de crescimento, a desigualdade na estrutura social foi observada, caracterizando-se, assim, como uma sociedade altamente hierarquizada e de níveis de concentração de renda abismais: “(...) em média, para cada 1 dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8%. Ou seja: os mais ricos se apropriam de uma renda 66 vezes maior que os mais pobres” (Pochmann, et al, 2004, p.62).

Desta forma, os reflexos do modelo econômico vigente reforçam mecanismos perversos de hierarquização.

Diante deste quadro, o país apresenta-se como “monumento de injustiça social e candidato a campeão mundial de desigualdade econômica” (Hobsbawn, 1995, p.397). Acrescenta-se que nos anos 90 do século passado, “os 20% mais pobres da população dividiam entre si 2,5% da renda total da nação, enquanto os 20% mais ricos ficavam com quase dois terços dessa renda” (Netto, 2006, p.48).

Cumprе salientar que a caracterização da pobreza e, do mesmo modo, a da desigualdade,

não se esgota ou reduz a seus aspectos sócio-econômicos; ao contrário, trata-se, nos dois casos, de problemáticas pluridimensionais; todavia, a condição elementar para explicá-las e compreendê-las consiste precisamente em partir do seu fundamento sócio-econômico (Netto, 2006, p.13).

Assim, sem secundarizar a dimensão econômica, enfatiza-se que embora a noção de pobreza apresente ambigüidades, ela expressa as relações sociais vigentes na nossa sociedade, nas formas do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e no processo de assalariamento dele decorrente, mas não se reduz às privações materiais, alcança, também, “o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência” (Yasbek, 1993, p.63).

Analisando o processo histórico nacional, percebe-se que a perspectiva republicana brasileira anunciou uma nova era, que seria marcada pelo desenvolvimento social, progresso técnico, além da consolidação de governos e instituições qualificadas para coibir a violência nas mais variadas formas e manifestações. No entanto:

Ao longo de mais de cem anos de vida republicana, a violência em suas múltiplas formas de manifestação permaneceu enraizada como modo costumeiro institucionalizado e positivamente valorizado (...). Permaneceu penetrando em seus mais recônditos e se instalando resolutamente nas instituições sociais e políticas em princípio destinadas a ofertar segurança e proteção aos cidadãos (Adorno e Cardia, 1999, p.67).

Cabe sinalizar que no contexto da transição democrática conservadora e longa, evidenciou-se o crescimento da violência (e da criminalidade), fato que não pode ser separado da desorganização que afetou as instituições responsáveis pela ordem pública no período. Peralva, analisando o processo de redemocratização, indica que:

Exacerbou-se a violência policial contra a população civil e acentuou-se o comprometimento da polícia com o crime. A delinqüência de oportunidade foi estimulada pela ausência de políticas eficientes de manutenção da ordem. A segurança privatizou-se e os fenômenos de justiça ilegal ganharam importância (2000, p.87).

Um fator que merece destaque para o reconhecimento público da questão da violência está diretamente vinculado ao papel que os meios de comunicação exercem na atualidade.

Fausto Neto (1995) lembra que não se deve negar o peso e o poder socializador que a mídia assume nas sociedades modernas, e a importância da liberdade de expressão tão duramente conquistada no processo de redemocratização do país, mas em relação ao fenômeno da violência e a forma como esta vem sendo tratada pela imprensa, torna-se um complicador tendo em vista:

(...) ao bombardeio a que se está submetido pelos meios de comunicação de massa, os quais mais do que apresentarem fatos, ‘representam’ suas versões dos fatos, ‘produzem’ o evento no processo mesmo de produção da notícia e acabam por ‘criar’ uma realidade já interpretada, na qual a riqueza de detalhes é traduzida em parâmetros de fidedignidade e a versão representada é sinônimo da única possível (Porto, 1993, p.2).

A partir desta contextualização, retornemos às motivações que propiciaram os questionamentos e reflexões deste estudo. No seu trabalho, os assistentes sociais, dentre eles aqueles cuja intervenção encontra-se vinculada à política de assistência social, vêem-se frente a frente com situações marcadas pela violência.

A população atendida que vive em seu cotidiano a experiência da limitação ao acesso à cidadania, traz, também, na sua vivência, as cicatrizes originadas pelas diversas formas e faces da violência.

Tais situações muitas vezes ultrapassam a esfera do privado, como é o caso da violência doméstica, mas vincula-se também a esfera da vida urbana, numa lógica cidadina onde a violência dá suporte aos mecanismos de hierarquização sócio-espacial e a discriminação daqueles que são considerados de fato ou potencialmente, agentes do “perigo” e, conseqüentemente, do medo que ordena a vida nas grandes cidades.

Neste quadro, os assistentes sociais enfrentam situações para as quais não foram, efetivamente, formados e preparados. No decorrer da intervenção profissional, emergem muitos questionamentos: como lidar com os limites de

circulação nas áreas urbanas de favelas? Como lidar com a lógica de um comando que não é oficialmente instituído? Como lidar com as informações confidenciais que denunciam os agentes legais da repressão? Como lidar com as famílias que tiveram perdas fatais a partir da violência?

Esses e outros questionamentos encontram-se presentes no cotidiano do fazer profissional, provocando a busca de aportes teóricos – metodológicos que venham subsidiar a prática, no sentido de qualificar a intervenção pública, junto aos segmentos sociais usuários da política de assistência social. Neste sentido, perquirir a realidade social, torna-se o caminho a ser percorrido visando construir respostas às situações advindas do cotidiano de trabalho.

O presente estudo faz parte de uma trajetória profissional, cuja atuação exercida junto às favelas do Rio de Janeiro, provocaram a necessidade de reflexão e análise (teórico e prática) buscando desvendar a complexidade dos processos sociais a ela inerentes.

Assim, procura-se analisar a violência urbana, particularizando-a nas ações vinculadas ao tráfico de drogas, buscando identificar seus rebatimentos na política de assistência social.

Além disso, a reflexão também se volta para as transformações observadas no campo religioso no país, dando ênfase ao crescimento dos movimentos de inspiração pentecostal, tendo como pano de fundo a experiência de vida dos moradores de favelas bem como a influência deste fenômeno para os trabalhadores da assistência.

Parte-se do pressuposto que tanto a violência quanto a religião tem rebatimentos nos atores sociais envolvidos na política de assistência social. Embora se compreenda que os dois fenômenos guardem especificidades e complexidades distintas, se articulam a partir da significação que ambos têm para os atores inseridos na dinâmica da intervenção pública de proteção social.

Entende-se que a violência sempre esteve presente na vida do homem, manifestando-se de forma diversa no tempo e nos lugares e, ensejando também interpretações variadas, nas quais aparecem tanto como valor negativo e como valor positivo para sociedades e grupos sociais específicos.

Portanto, a busca de compreensão sobre a violência exige contextualizá-la de forma ampla, envolvendo dimensões históricas, política, econômica, social, cultural e territorial.

No recorte do presente estudo, no qual a violência encontra-se emoldurada pela ação dos grupos ligados ao tráfico de drogas, importa sinalizar que a presença e o poder desses grupos nos grandes centros urbanos de diferentes países – o Brasil tem participação de destaque entre eles – e suas ramificações em distintos setores da vida social cresceram de forma acentuada na metade nos anos 80 do século passado. Assim, no Rio de Janeiro, é também neste período que os grupos ligados ao tráfico de drogas ganham maior visibilidade e intensificam a ocupação das favelas.

Identifica-se, então, que esta maior visibilidade articula-se à ousadia (e poder) das ações destes grupos no interior do território que ocupam e a gradativa expansão das fronteiras das favelas que possibilitam associação a estruturas mais amplas do crime.

A modalidade de ocupação das favelas por estes grupos, permite identificá-los como um dos principais agentes da construção da ordem nestes territórios, além da percepção de que colaboram com o processo histórico de subalternização dos moradores. É neste contexto que os usuários da política de assistência social encontram-se inseridos e onde se desenvolve a atuação dos profissionais.

Não obstante, é também a partir dos anos 80 que se evidencia a consolidação do pentecostalismo e, posteriormente, o neopentecostalismo como força social e política, o que vai influir, significativamente, nas relações culturais das favelas.

A partir destas reflexões, o presente estudo, objetiva compreender de que forma a violência e a religião influenciam a implementação da política de assistência social em seus diferentes programas e ações específicas.

Buscando responder ao objetivo proposto, optou-se por um estudo de caso, pois embora não possibilite encontrar dados generalizáveis, permite o estudo aprofundado do objeto, propiciando um conhecimento amplo e inferências válidas dentro do universo pesquisado.

O campo de pesquisa, entendido “(...) como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir

de concepções teóricas que fundamentam o objeto investigado” (Neto, 1994, p.53), envolverá a ação pública da assistência social, desenvolvida em um de seus equipamentos institucionais básicos, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), no nosso caso o CRAS Caio Fernando Abreu. Este tem no seu arco de ação um território constituído por diversas favelas na zona norte do Rio de Janeiro, nas regiões de Manguinhos e Jacarezinho.

A definição do campo decorreu da observação, a partir da prática profissional, enquanto assistente social lotada neste espaço, de que a violência marca profundamente as relações sociais no território e que a religiosidade também é um fator presente na vida dos usuários e dos profissionais.

Embora as favelas que compõem o território apresentem histórias distintas quanto ao tempo de constituição, organização e tamanho; além da diversidade na estratificação interna, possuem como substrato comum à presença efetiva de grupos ligados ao tráfico de drogas. Assim, importa destacar um pouco de suas histórias.

A favela do morro do Jacarezinho surge aproximadamente na década de 20, a partir da construção de alguns barracos em uma chácara localizada na região, entre os bairros do Jacaré, Maria da Graça e Benfica. (XXVIII Região Administrativa, s/d).

De acordo com o histórico, na chácara que foi ocupada havia uma lavoura de legumes, hortaliças e frutas, e os lavradores que ali se estabeleceram não foram considerados “favelados”, mas “invasores”.

Outro fator de importância para intensificação populacional da área decorreu da implantação de um pequeno parque industrial na região. Das indústrias que inicialmente se estabeleceram ao redor da favela, destacam-se: CISPER (montada em 1917), MARVIM e GENERAL ELÉTRIC / GE (em 1921) (Op. cit., p. 18).

O processo de industrialização da região serviu de atração e trouxe novos contingentes de migrantes à cidade, causando um impacto de crescimento mais intenso na favela; além de promover a valorização da terra.

Tal fato provocou que um dos donos do local, conforme o documento estudado, o português Mano de Almeida, pleiteasse na justiça um processo de remoção dos moradores e a imediata reintegração de posse do terreno. Embora

com a vitória judicial e a mobilização da polícia para a expulsão dos moradores, estes se recusaram a sair do local, construindo estratégias de resistência, entre elas: reconstrução noturna dos barracos derrubados pela polícia durante o dia, mobilização permanente dos moradores, culminando com a organização de uma Comissão para negociar com o presidente da República. Tudo isso resultou na autorização de permanecerem no local.

O recenseamento realizado na favela pela Fundação Leão XIII (1949), indicou a presença de 4 109 domicílios, com 17 979 moradores (Op. cit., p. 21).

A pesquisa também indicou a predominância de construções de madeira e zinco, e precárias condições de saneamento. Dentre as famílias pesquisadas, apenas 43,3% dispunham de instalações sanitárias e 0,5% tinham água encanada em seus domicílios. Outro problema enfrentado pelos moradores era a falta de energia elétrica.

A partir da década de 50, algumas instituições vão ter um papel importante na história do jacarezinho, destacando-se a Fundação Leão XIII e a Associação de Moradores, fundada em 1966, solidificando a representação dos moradores que mantinham sua organização desde o período da ocupação da área.

A Fundação Leão XIII, criada em 1947, a partir da igreja Católica, com o objetivo de intervir nas favelas frente à influência do comunismo, desenvolvendo ações assistenciais, tem na região um papel importante tendo em vista o potencial político dos moradores, majoritariamente constituído do operariado industrial.

Assim, a Fundação instala no Jacarezinho o Centro Comunitário Carmela Dutra, prestando variada gama de serviços, além de desenvolver curso de mecânica, visando capacitar os moradores para inserção nas indústrias instaladas na região.

É também a partir da igreja Católica que se instituiu uma importante obra social na favela – Obras Profissionais e Sociais Santa Rita de Cássia e, posteriormente, a igreja Nossa Senhora Auxiliadora. Tais iniciativas decorreram da ação do Padre Nelson Del Mônico, que em 1955 comprou um terreno, iniciando a luta pela construção da igreja e de uma escola.

Hoje, o Jacarezinho estrutura-se entre infinitos becos e vielas, apresenta um denso comércio interno, onde se destacam uma feira de frutas, legumes, açougue, com ocupação massiva nas ruas centrais. Observa-se também diversificada oferta

de estabelecimentos comerciais, onde se pode adquirir móveis, eletrodomésticos, material de construção e vestuário.

No âmbito cultural, destaca-se à escola de samba “Unidos do Jacarezinho”, além de bar exclusivo para forrós e o baile funk semanal.

No entanto, observa-se um esvaziamento e decadência econômica da área, a partir da falência ou remanejamento de grande parte das indústrias ali instaladas.

Dentre os fatores que explicam a inflexão da região como um dos pólos industriais da cidade, encontram-se aqueles ligados ao processo de reestruturação produtiva e as novas formas de acumulação capitalista, bem como a evidência da ausência de segurança pela presença do tráfico na área.

Tudo isso provocou o abandono de muitos galpões industriais, favorecendo a ocupação dos mesmos por moradores que pagavam aluguel na favela e outros oriundos de áreas vizinhas. Tais ocupações refletem o esvaziamento econômico e introduzem novos problemas sociais, pois a população enfrenta condições de habitação precária e insalubre; além de estar sujeita a sinistros tais como incêndios e desabamentos.

A região onde hoje está situado o Complexo de Manguinhos também, inicialmente, era constituída de chácaras e fazendas, cuja produção foi mais facilmente transportada para as áreas centrais da cidade a partir da implantação da Estrada de Ferro do Norte (1886), posteriormente denominada Estrada de Ferro da Leopoldina (Bodstein, 2001).

Outro fator que permitiu o início do processo de reconfiguração da área, foi a instalação do Instituto Soroterápico Federal (1900), atualmente Fundação Oswaldo Cruz, que provocou o desmembramento da terra “sob forma de loteamentos para uso residencial” (Op. cit., p. 13), bem como a ocupação irregular por aqueles trabalhadores que residiam em locais distantes e não podiam arcar com as despesas de transporte. Assim, o processo de transformação de região rural para urbana se deu através de ocupação desordenada.

A intensificação da ocupação ocorreu nas décadas de 50 e 60, resultando da política de remoção de favelas, para a qual a Fundação Leão XIII também teve forte participação. Foram então criados: Parque João Goulart, Vila Turismo e CHP2, cujos moradores foram principalmente removidos das favelas da zona sul da cidade.

No final da década de 80, a região recebe outro contingente de moradores, através da ação pública municipal que construiu dois conjuntos habitacionais visando assentar famílias desabrigadas por enchentes, são eles: Néelson Mandela e Samora Machel.

A partir deste período, a região continua a receber novos moradores em decorrência da ocupação de áreas ainda livres, muitas vezes aquelas situadas à beira do rio, provocando que a condição de moradia seja considerada insalubre. Ocorreram também invasões em espaços circunscritos no território do Abrigo Cristo Redentor, instituição de abrigamento de idosos, que possibilitaram o surgimento de duas novas favelas: Vila São Pedro e Comunidade Agrícola de Higienópolis.

Diferentemente do Jacarezinho, a maioria das favelas que compõem o Complexo de Manguinhos, tiveram grande participação do poder público no processo de sua constituição, embora esta ação não tenha refletido nas condições de infra-estrutura básica, nem facilitado à inserção de forma mais igualitária na malha cidadina.

Observa-se como um ponto comum entre Manguinhos e Jacarezinho, o processo mais atual de ocupação via invasões de prédios empresariais abandonados, como é o caso do imóvel ocupado anteriormente pela Embratel. Esta característica conforma o retrocesso econômico da região, que tem como um dos fatores explicativos mais divulgados, a presença do tráfico de drogas.

Manguinhos conta com amplo movimento associativo, tendo em vista cada favela ter sua representação formal; além de terem constituído o Fórum de Manguinhos, com participação de todas as favelas, objetivando articulação com instituições públicas e privadas.

O Complexo de Manguinhos é dividido em dois lados, sendo que as favelas circunscritas no território de intervenção do CRAS Caio Fernando Abreu, são aquelas situadas ao lado esquerdo da linha férrea, ao redor da Avenida Democráticos.

A escolha dos sujeitos da pesquisa foi definida intencionalmente, a partir de critérios entendidos como relevantes e que garantissem a representação dos mesmos.

Dentre os programas e projetos desenvolvidos no CRAS, foi escolhido o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), tendo em vista as peculiaridades que envolvem as famílias atendidas por este programa. Trata-se de famílias que encontram-se em situação de grande vulnerabilidade, nas quais muitos de seus membros já terem sido atingidos por algumas das formas de violência (perdas familiares, inserção de membros da família no tráfico, ameaças sofridas etc.).

Deliberou-se, também, pela participação dos trabalhadores do CRAS como sujeitos da pesquisa. Procurou-se privilegiar todas as categorias profissionais envolvidas com a implementação da política de assistência da área, vale dizer, assistentes sociais, atendentes, profissionais da cozinha, enfim, todos aqueles que atuam no dia a dia de trabalho.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, foram utilizados três tipos básicos de informações:

1) Coleta de dados de fichas de 107 crianças e adolescentes inscritas no PETI no período da pesquisa de campo. Analisadas as 107 fichas, sendo retirados dados relativos às condições de vida das famílias, dinâmica interna das mesmas e informações acerca da religiosidade e de possíveis vínculos com a violência.

2) Entrevistas:

a) Responsáveis pelas crianças e adolescentes do PETI. Para tal, foram realizadas duas reuniões com as famílias para apresentação da pesquisa e mobilização para participar da mesma. Contamos com adesão espontânea de 6 responsáveis.

b) Profissionais inseridos no trabalho do CRAS. Também foi realizada uma reunião com profissionais, visando apresentar os objetivos da pesquisa, sendo entrevistados 9 membros da equipe.

3) Observação: está procedeu-se de forma continuada e orientou-se por um roteiro sobre o que observar e como observar. Tais observações foram registradas no diário de campo para posterior análise.

O caminho metodológico escolhido permitiu, através dos relatos de vida e de trabalho, identificar a percepção e interpretação que os atores envolvidos na pesquisa tem sobre a violência e a religião.

No capítulo II desta tese, apresentamos uma breve contextualização da consolidação das favelas no Rio de Janeiro, procurando enfatizar como foram construídas as relações favela x cidade no decorrer do processo histórico.

No capítulo III trazemos o debate sobre a violência e a religião. Em relação à violência buscamos apresentar o arcabouço teórico que a envolve e sua caracterização como um dos principais dilemas das sociedades contemporâneas. Procuramos também apresentar a concepção de “sociabilidade violenta” e seus reflexos para a população, particularmente para os moradores de favelas. Foram também identificados os principais agentes da violência atual: tráfico e polícia.

Em relação à religião, procuramos mostrar as transformações ocorridas no campo religioso, onde se evidencia o crescimento do segmento evangélico, principalmente das denominações pentecostais. Questiona-se, também, se este fenômeno apresenta-se como fator preponderante na dinâmica de vida das favelas.

No IV capítulo tratamos de discutir os significados da violência e da religião para os atores envolvidos com a política pública de assistência. Elegemos a categoria “assistidos” para emoldurar a inserção dos usuários da referida política. Destacamos como a violência interfere na dinâmica dos espaços de moradia dos usuários, bem como o papel da religião em suas vidas.

No último capítulo, abordamos como os dois fenômenos estudados refletem-se na dinâmica de trabalho e designamos a categoria “assistentes” para identificar o conjunto de trabalhadores inseridos no CRAS Caio Fernando Abreu. Assinalamos também, a diferenciação quanto à modalidade de inserção dos trabalhadores na Secretaria, bem como a importância do local de moradia nas construções de suas visões da realidade de trabalho.

Cabe ainda registrar que todo o processo de pesquisa possibilitou ampliar meu olhar sobre a realidade estudada, mas também trouxe a aflição decorrente da incapacidade de abarcar toda a complexidade que envolve os fenômenos estudados. Além disto, destacamos a limitação para a construção do “afastamento” necessário para a reflexão de uma realidade na qual encontro-me inserida como trabalhadora.

Assim, a inserção como profissional inserida na política pública de assistência social na área, se por um lado possibilitou algum conhecimento prévio da realidade social a ser estudada, por outro, trouxe a dificuldade de construção da identidade de pesquisadora.

Um outro elemento que merece ser destacado, refere-se à baixa adesão dos moradores às entrevistas. Frente a esta questão, duas argumentações se colocam como procedentes. A primeira vincula-se à dificuldade que os moradores de favela tem em externar suas opiniões e avaliações acerca da violência, caracterizando desta forma o “silêncio” que envolve as experiências vivenciadas, evitando levar para o espaço público alguns temas, entre eles o da violência. A segunda, relaciona-se a própria identidade da pesquisadora, que é reconhecida pela população como “agente” do poder público na área e, por tal, percebida como participante das avaliações quanto à inserção em programas e projetos implementados. Assim, a identidade profissional pode se colocar como inibidora da adesão à pesquisa.

Ressalta-se que o processo de construção do presente estudo foi marcado pela angústia decorrente da escassez de tempo, tendo em vista a sobreposição das atividades inerentes à pesquisa e as de trabalho.

E, embora a riqueza do campo possa ter sido ofuscada pela limitação do tempo e da escrita, deixou marcas profundas na pesquisadora e evidenciou a importância da busca de conhecimento dos processos sociais presentes na realidade contemporânea.